DOSSIÊ

DIVERSIDADE DE GÊNERO E SILENCIAMENTO

GENDER DIVERSITY AND SILENCE

Elvira Mejia Herrejón[7]

Submissão: 30/08/2016 Revisão: 13/09/2016 Aceite: 13/09/2016

Resumo: O presente artigo surge do seguinte questionamento: que potencialidades e desafios enfrentam as escolas ao silenciar a diversidade de gênero? O objetivo é identificar e discutir de que forma a escola reforça a desigualdade social ao silenciar a diversidade de gênero. Para tanto, recorre-se a livros, monografias e artigos em que autores como Orlandi, Raymond e Zizek falam sobre os vários tipos de silenciamento; enquanto vozes como Pêcheux, Louro, Stoller, Butler, entre outras, trazem noções de sujeito, ideologia e identidade para esboçar uma ideia sobre o preconceito e o papel das escolas no que tange à diversidade de gênero.

Palavras-chave: Estereótipos. Política do silenciamento. Discurso e diversidade de gênero. Escola.

Abstract: This article comes up from the following question: what potential and challenges facing schools by silencing gender diversity? The goal is to identify and discuss how the school reinforces social inequality by silencing gender diversity. Therefore, it resorts to books, monographs and articles in which authors such as Orlandi, Raymond and Zizek talk about the various types of silencing; while voices as Pêcheux, Louro, Stoller, Butler, among others, bring notions of subject, ideology and identity to sketch an idea about prejudice and the role of schools in relation to gender diversity.

Keywords: Stereotypes. Politic silencing. Discourse and gender diversity. School.

[7] Tradutora autônoma, Mestranda em Língua e Cultura (UFBA); Monitora da Língua Espanhola no PROFICI/PROEMES (UFBA); Licenciada em Língua Portuguesa e Literaturas afins (UNOPAR), Bacharel em Direito (UCSAL), Técnica em Pesquisa no GP em Direitos Humanos, Direito à Saúde e à Família - UCSAL/CNPq; Pesquisadora Voluntária no NEVIDE - Núcleo de Estudos em Violência, Cidadania e Democracia (UCSAL); Membro do GP em Cultura e Sexualidade - CUS (UFBA). Contato: ravelimex@hotmail.com.

Introdução

Sem ser única responsável pela transmissão de conhecimentos, a escola se constitui numa das instituições que mais determinam o modo de pensar das pessoas. Nesse espaço privilegiado, o indivíduo passa grande parte da sua existência, a começar pelo jardim da infância, até estágios mais avançados de educação formal, como a universidade, onde como alunos enfrentam aprovação e desaprovação em relação à sexualidade e gênero. É na escola que se aprendem formas de etiquetamento relacionadas com semelhanças e diferenças sexuais e de gênero, e, mais do que nos conteúdos transmitidos pelo professor, é normalmente, nas conversas com os colegas, nas revistas, na TV e na internet que adolescentes e jovens são introduzidos ao mundo da sexualidade e gênero.

Este artigo tem como objetivo abordar conceitos e questões relacionadas à diversidade de gênero e analisar de que modo pelo silenciamento deste aspecto, a escola contribuí para a desigualdade social. O artigo está dividido em quatro seções, entre as quais as considerações finais. A primeira seção apresenta alguns entendimentos sobre estereótipos e estigmas relacionados a gênero no processo de silenciamento das vozes e conhecimentos não heteronormativos. A segunda seção trata da análise do discurso na construção de subjetividades e diversidade de gênero. A terceira seção é dedicada a mostrar o papel da escola na construção e fortalecimento de identidades, assim como sua contribuição para a desigualdade social ao silenciar ou ignorar a diversidade de gênero. Nas considerações finais se faz um apanhado geral dos resultados deste trabalho, mostrando-os de forma sintética, não como algo definitivo e inquestionável, e sim como uma contribuição que, entre muitas outras, deseja refletir sobre o tema.

Estereótipos e política do silenciamento

As brincadeiras e piadas, os rabiscos nas paredes e portas dos banheiros e os bancos da escola servem para os alunos darem vazão às fantasias, aos

conceitos e preconceitos sobre sexualidade e gênero, materializando, de alguma forma, conceitos e crenças absorvidos, geralmente sem filtro e sem discernimento, como condicionamentos sociais.

Os preconceitos de gênero dentro do ambiente escolar que se manifestam através de piadas e brincadeiras podem ser reflexos do que a criança vê e ouvem dos adultos, ao nutrirem atitudes homofóbicas que, na pior das hipóteses, podem alcançar proporções lamentáveis, como bullying, espancamento, isolamento e genocídio.

Um dos mecanismos de interdição perceptíveis nas narrativas é a política do silenciamento, este se divide em silêncio constitutivo, ao apagar palavras ao falar; e em silêncio local, por meio da censura, e como diz Orlandi (1997, p. 24), é por meio de "aquilo que é proibido dizer em certa conjuntura" que se dá o silenciamento, sujeito a injunções sociopolíticas. Para a autora, censura é "qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso de sentidos" (idem, p.13).

É da política do silenciamento, Segundo Coracini (2007) que emerge a concepção de sujeito da linguagem como sujeito cindido, considerando que o sujeito pode ocupar várias posições no discurso e, ainda, é clivado, porque fragmentado em função de sua constituição inconsciente. Retomando o pensamento de Orlandi (1995) há uma política do silêncio subdividida; trata-se do silêncio constitutivo, em que uma palavra apaga outras necessariamente, e o silêncio local relacionado à censura que se deve à imposição de um pensamento hegemônico.

A melhor maneira de entender a hegemonia, explica-se Barrett (1996, p. 238), é pensar em como funciona a organização do consentimento através dos processos pelos quais se constroem formas subordinadas de consciência, desprovidas de recurso à violência ou a coerção. Desta forma, parafraseando, o bloco dominante atua não apenas na esfera política, mas na sociedade como um todo.

Estereótipos e estigmas são frutos da política do silenciamento. Tanto para o menino quanto para a menina que contrariam a expectativa que deles se tem, há um castigo severo por condicionamentos relacionados com a diversidade de gênero, há o peso de uma sociedade machista que os marginaliza como lembra Jocimar Daólio (1995):

> O machismo é um monstro muito maior e mais feroz que qualquer dos monstrinhos provincianos com que lutam os pragmáticos e os desconstrutivistas. Pois o machismo é a defesa das pessoas que tem estado por cima, desde os primórdios da historia, contra as tentativas de derrubá-las; esse tipo de monstro é muito adaptável, e desconfio que seja capaz de sobreviver quase tão bem num meio filosófico antilogocêntrico quanta num meio logocêntrico.

Esse fenômeno é explicado por Cornell, (1991, p. 98) ao dizer que: "a tradição logocêntrica está sutilmente vinculada ao impulso em direção à pureza, o qual consiste em escapar à contaminação das trapalhadas femininas". Visão, decerto, androcêntrica cujas armas são o preconceito e o pragmatismo e com as quais luta para se manter em pé, não de igualdade e sim de dominação.

Os estereótipos surgem de modelos e conceitos concebidos como as únicas opções possíveis de definirem algum objeto, pessoa, grupo social ou sexual, e devem-se, segundo Toledo (1983), ao desconhecimento, ou à ignorância (no sentido de as pessoas ignorarem) as diversidades como elementos inerentes á condição do ser humano.

Os estigmas, segundo Goffman (1988) tem a ver com o conjunto de atributos inscritos na identidade social de um indivíduo, os quais, na interação, podem ser desacreditados, depreciados, e tidos como indivíduos de "menor" importância social.

Atos homofóbicos resultam dos estereótipos e dos estigmas relacionados com a diversidade de gênero. Sendo que, de modo geral, a homofobia se caracteriza por insultos, piadas, olhares reprovadores, agressão física e até

assassinato. São estas, como afirma Nunan (2003), algumas das práticas comuns na ordem social contra gays, lésbicas, transexuais e travestis.

Os preconceitos, como afirma Van Dijk (2015, p. 31), "não são inatos, mas aprendidos, principalmente pelo discurso público (...), em grande parte, controlado pelas elites, inclui debates políticos, notícias e artigos de opinião, programas de TV, manuais de trabalhos escolares", que terminam sendo disseminados nas falas formais e informais tanto virtualmente como nas relações corpo a corpo da vida cotidiana.

A mídia influi, em grande parte, na construção e modelagem do pensamento social e o faz através da produção e divulgação de fatos, como afirma Nunan (2003):

> [...] a mídia (em geral) e a publicidade (em particular) tornam-se poderosos agentes de socialização e disseminadores de opinião, adquirindo um papel fundamental na construção e perpetuação de estereótipos, devendo, portanto, ser levadas em consideração durante qualquer tentativa de análise do fenômeno do preconceito (p. 69).

Guareschi, (2009) entende a comunicação como uma arma duplamente poderosa, uma vez que pode criar realidades ou fazer com que elas desapareçam ou fiquem silenciadas pelos meios de comunicação que, no Brasil, 94%, estão nas mãos de doze famílias. A mídia, afirma Guareschi (2009, p. 86) constrói a realidade com valores, e esses valores, são a motivação da nossa vida e pautam nossas discussões e posicionamentos do cotidiano.

Por interesses e questões de ordem político e ideológico há uma estratégia dominante na comunicação, já que segundo Sarz (2009, p. 108), os meios de comunicação são essenciais para garantir a hegemonia eurocêntrica (na versão anglo-saxã dos EUA), embora aparentem manifestar e expressar o multiculturalismo das populações incluídas.

Discurso e diversidade de gênero

Os preconceitos, como enfatiza Dijk (2015), são socialmente partilhados, produzidos e reproduzidos, de forma conjunta pelos membros da sociedade, o fazem por meio de discursos institucionais, da política, das mídias, da educação, do ensino e do mercado, de tal sorte que por serem institucionalizados, esses discursos passam a receber um tratamento doutrinário, como se fossem verdades a serem perpetuadas de geração em geração.

Therborn (1996) apud Althusser (1996) diz que a ideologia interessou-se explicitamente, entre outras coisas, pelo modo como vimos a "reconhecer que somos sujeitos e que funcionamos nos rituais práticos da mais elementar vida cotidiana". Pensamento este que representa uma importante oportunidade para refletir sobre a construção cultural sobre diversidade de gênero, de responsabilidade coletiva que acontece nas práticas e rituais mais corriqueiros da vida familiar, escolar e social.

Os fatos como lembra Zizek (1996), nunca "falam por si", mas são sempre levados a falar por uma rede de mecanismos discursivos. Os discursos, veiculados por indivíduos e instituições como a escola ou a família, a igreja ou a legislação, são mecanismos que objetivam atingir determinados indivíduos para alcançar demarcados resultados, são geralmente movidos por ideologias historicamente organizadas e tidas como necessárias.

Barrett (1996, p.236) frisa que as "ideologias historicamente orgânicas" - aquelas que são "necessárias" - tem validade psicológica e "criam o terreno em que os homens se movem, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.", ao se definirem a favor ou contra fenômenos sociais de curta, media ou longa duração.

Entende-se haver uma ideologia hegemônica adjacente no discurso que deseja banir ou silenciar a diversidade de gênero, fenômeno social de higienização que, na opinião de Garcia (2015, p. 88) serve para uma "apartação social", ou seja, para afastar do espaço físico o outro, aquele que incomoda, uma vez que, considerado inútil pra a sociedade.

Para Cornell (1991) apud Johnson (2011, p. 2) a linguagem está longe de ser neutra, pois é influenciada por múltiplas referências culturais e contextuais. Deste modo, a autora considera a forma como o sistema legal tem ganhado e continua a ganhar com o status de poder através da opressão e exclusão da alteridade / do Outro.

Falar em diversidade de gênero associa-se, muitas vezes, às teorias feministas, as quais, a pesar dos mais de cinquenta anos de existência, ainda encontram muita resistência e preconceito entre os setores mais conservadores da sociedade, a priori, por serem consideradas fantasiosas infundadas e carentes de cientificidade, mas também por representarem um perigo para as formas hegemônicas de produção do conhecimento.

Nogueira (2001, p. 8) opina que "o objetivo principal do feminismo foi e continua a ser a constituição de um espaço verdadeiramente comum aos homens e às mulheres, apelando para as teorias de igualdade", pelo que a emancipação de concepções impostas de cima para baixo e reforçadas através das instituições sociais, exige grande esforço coletivo para conquistar a liberdade.

Cornell (1998) entende que o uso do termo "liberdade" em vez de "igualdade" permite fazer uma crítica ás reivindicações de igualdade baseadas em uma aspiração a posições específicas de privilégio. A autora argumenta que as posições de privilégio são construções normativas, delimitadas de identidade, que sufocam a possibilidade imaginária tanto daqueles que as ocupam como daqueles que desejam ascender a elas.

Deste modo, a discussão sobre diversidade de gênero representa, antes de tudo, a busca de igualdade como direito, mas as pessoas que, não se enquadram na dita "normalidade de gênero", enfrentam discursos de ódio e intolerância e olhares de desprezo e indiferença pelos próprios pares, talvez, segundo Maingueneau (2015, p. 107), por estes lhes servirem, simultaneamente de ponto de identificação e de repúdio.

O papel da escola

A escola, enquanto veículo institucional pode reforçar preconceitos sociais através do discurso, mas também deve ficar atenta sobre os efeitos do silenciamento oficial (falta de discurso institucional), sobre qualquer assunto, particularmente sobre a diversidade de gênero, como forma tácita de incentivo o preconceito.

A pesar disso é nos corredores, no pátio, nos banheiros e na sala de aula onde os alunos interagem com seus professores, apaixonam-se ou desencantam-se por figuras de autoridade (coisa importante para o desenvolvimento afetivo); nessa convivência escolar os jovens aprendem a competir, rejeitar ou/e tolerar os seus pares e a se espelhar nos adultos, seja imitando ou contestando seus comportamentos e juízos de valor.

Aprende-se cedo que silêncio e interdição aproximam-se, pois, segundo Tfouni (1998, p.6): "é preciso que não se diga tudo para que algo seja possível de dizer". Sabe-se também que o dizer consiste em atualizar certos sentidos e apagar ou interditar outros como acontece toda vez que características físicas, psicológicas, comportamentais, habilidades, talentos e capacidades (Louro, 1999), são utilizados para justificar os lugares sociais, os destinos e as possibilidades próprias de cada gênero.

Os jovens gostam do ambiente escolar não porque nele a vida seja fácil, pelo contrário, é no espaço escolar onde são desafiados a sobreviver às provocações e às humilhações próprias das primeiras fases de desenvolvimento, mas gostam da escola porque a pesar dos pesares; é espaço suficientemente seguro para fazerem amigos, criarem códigos de comunicação entre si e sobreviverem aos preconceitos.

Isso porque como aparelho ideológico, a escola pode favorecer ou inibir determinados processos de inclusão ou exclusão social, o faz por meio do professor em sala de aula, mas também através do livro didático e do currículo

escolar de modo que as representações não conformadas aos critérios tidos como 'normais' se encontrem em desvantagem pelo silenciamento.

A diversidade de gênero, entre outras características, tem um corte de classe. Zizek (1996) afirma que as classes dominantes possuem dois polos para mecanizar a perpetuação das estruturas de dominação, o primeiro polo inscrevem-se como os ARE (Aparelhos Repressivos do Estado) e o segundo como os AIE (Aparelhos Ideológicos do Estado).

O primeiro polo, afirma Zizek (1996) representa os aparelhos repressores de Estado, está constituído pelo governo, os tribunais, o exército e a polícia, entre outros. Enquanto o segundo polo, os AIE ou aparelhos ideológicos de Estado são representados pelas instituições como a escola, a religião, a família, a cultura e/ou a informação.

No dizer de Bourdieu (1977, p.192), há uma a forma gentil e invisível de repressão e de violência, que nunca é reconhecida como tal e é menos sofrida do que escolhida, a violência do crédito, da confiança, da obrigação, da lealdade pessoal, da hospitalidade, dos presentes, da gratidão, da piedade e esse tipo de violência acontece em toda parte, inclusive na escola.

Parafraseando o autor, poder-se-ia dizer que há uma violência simbólica nas macroestruturas que decidem os conteúdos que devem ser silenciados no ambiente escolar e nos que as obedecem, assim como há violência simbólica nas microestruturas do cotidiano que reforçam, através de atitudes moralistas, o preconceito de gênero.

A discriminação, o preconceito e o silenciamento da diversidade de gênero podem ser estratégias de dominação e desigualdade social que, consiste no abuso de poder de umas categorias sobre outras. As dominantes, por se acharem superiores, ignoram a existência das dominadas, cuja resistência procura ter tão resilente e criativa quanto o poder que as oprime.

As classes sociais, como diz Eagleton (1996, p 187) são, para o marxismo, agentes históricos; mas também são formações materiais estruturais, alem de

entidades "intersubjetivas" que representam determinados interesses ideológicos.

É pela ideologia de classe que o sistema educacional, muitas vezes contribui para reproduzir a ordem social dominante, não tanto pelos pontos de vista que fomenta, mas como diz Eagleton (1996, p. 224) por essa distribuição regulada do capital cultural que é uma forma de violência; ou como diz Bourdieu (1977), uma forma de violência simbó1ica que atua em todo o campo da cultura, no qual aqueles a quem falta o "gosto correto" (homossexuais, lésbicas, transexuais etc.) são discretamente excluídos e relegados à vergonha e ao silencio.

Ter consciência das construções sociais, normativas ou não, é pressuposto de emancipação, afirma Eagleton (1996, p.185), pois o ato de conhecimento é "fato" e "valor"; uma cognição precisa e indispensável à emancipação política, que segundo Leszek Kolakowski (1978, p. 270), "nesse caso particular (isto é, o do conhecimento emancipatório), a compreensão e a transformação da realidade não são dois processos separados, mas um e o mesmo fenômeno".

O comportamento da autorrotulação de indivíduos e categorias que sofrem preconceito deriva dos estereótipos que Nunan (2003) explica a seguir:

> Indivíduos estereotipados, frequentemente cientes dos estereótipos imputados a seu grupo, acabam por desenvolver um alto grau de apreensão quando entram em contato com outros indivíduos, pois temem que seu comportamento espontâneo acabe por confirmar os estereótipos. A este fenômeno chamamos de ameaça do estereótipo (p. 63).

Todavia, junto à emancipação política, ocorre à cognição da diversidade de Gênero através de abordagens sociopedagógicas que respondam às exigências e contingências dos sujeitos que sofrem discriminação por condições de gênero no espaço escolar e fora dele, devendo ser contempladas as questões na formação inicial e continuada dos professores.

Espera-se, pois da escola um esforço conjunto para a superação de estereótipos, de isolamentos e silenciamentos de sujeitos que se autorrotulam inadequados em um mundo que preza a aparência mais do que a essência das pessoas.

Conclusão

Sem pretensões de exaustividade, as reflexões que aqui trouxemos sobre os efeitos da escola que silencia ou nega a diversidade de gênero, querem ser uma contribuição para diminuir a desigualdade social e uma ação preventiva sobre os efeitos do preconceito de gênero, sobretudo nos primeiros estágios do desenvolvimento humano.

Acreditamos que só na medida em que todas as pessoas tiverem direito a gerir a própria sexualidade e viver conforme o próprio gênero ninguém poderá forçar transexuais e travestis, ou quaisquer outras categorias de gênero a serem o que não são. As pessoas deixariam de se esconder e responder a um nome que desarmoniza com sua identidade. Deixariam de serem silenciadas para se tornarem visíveis, deixariam de ser maltratadas para se tornarem livres de ir e vir sem sofrerem preconceitos, ameaças ou mortes.

Apesar dos inúmeros esforços, no exercício de sua função educadora, no que tange à diversidade de gênero, a escola mostra muitos acertos e muitas falhas, ambos se evidenciam nas formas materiais em que se reproduzem as relações de poder dentro e fora do contexto escolar. Entre os acertos, destacam-se à formação inicial e contínua dos professores como formas de superação da visão hegemônica vigente de educação; a crescente inclusão de novas tecnologias no aprofundamento de conteúdos e atividades multidisciplinares para superar situações de bullying e preconceito na escola.

Entre as falhas da escola desponta a falta de autonomia na elaboração de uma pauta sobre diversidade de gênero, que lhe confira voz ativa e, eventualmente, contribua para a redução do índice de óbitos causados pela

intolerância e o preconceito de gênero no Brasil. Outra das falhas da escola é não ter consciência do seu papel na sociedade, que lhe confere poder sobre seus melhores aliados: os alunos e professores, desde os quais pode, pelo dito e o não dito, repensar suas estratégias pedagógicas.

Falta, a nosso ver, valorizar mais os saberes dos alunos, ouvir suas inquietações e interpretar suas linguagens para, desde seu lugar de fala, pensar o currículo educacional; falta um discurso de autoridade à escola, um posicionamento e uma definição sobre o que seja a educação inclusiva; falta, em fim, sair da omissão-submissão, do silenciamento que consente e aprova a faxina de gênero, por nada dizer a respeito dos crimes contra a população não hetero, e contribuir com a desigualdade social vigente.

Referências

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: ZIZEK, Slavoj (org.). Um mapa da ideologia. Tradução Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARRETT, Michele. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ZIZEK, Slavoj (org.). Um mapa da ideologia. Tradução Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Outline of a Theory of Practice, Cambridge, 1977.

CORACINI, Maria José. A celebração do outro: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

CORNELL, Drucilla. At The Heart of Freedom. Princeton University Press, Princeton 1998.

_____. Beyond Accommodation: Ethical Feminism, Deconstruction and the Law. Routledge, London 1991.

DAÓLIO, Jocimar. A construção cultural do corpo feminino ou o risco de transformar meninas em antas. In: ROMERO, Elaine. Corpo mulher e sociedade (org.). São Paulo: Papirus, 1995.

VAN DIJK, Teun. Discurso das elites e racismo institucional. In: Discurso e Desigualdade Social. 1ª ed., São Paulo: Contexto. 2015.

EAGLETON, Terry. A ideologia e suas Vicissitudes no Marxismo Ocidental. In: ZIZEK, Slavoj (org.). Um mapa da ideologia. Tradução Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

GARCIA, Denize Elena. A política da desigualdade no Brasil. In: Discurso e Desigualdade Social. 1ª ed., São Paulo: Contexto. 2015.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GUARESCHI, Pedrinho. A produção dos sujeitos: a tensão entre cidadania e alienação. In: Conselho Federal de Psicologia. Mídia e Psicologia: produção de subjetividade e coletividade. 2ª ed. Brasília, 2009.

JOHNSON, Toni A.M. Beyond Accommodation: The legacy of feminist critique and the search for justice. In: feministas@LAW, vol 1, nº 1. 2011.

KOLAKOWSKI, Leszek. Principais Correntes do Marxismo, Oxford, 1978.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In:_____(org.). O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. O poeta e o camponês: O impossível ponto de vista do dominado. In: Discurso e Desigualdade Social. 1ª ed., São Paulo: Contexto. 2015.

NOGUEIRA, Conceição. Um novo olhar sobre as relações sociais de gênero: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

NUNAN, Adriana. Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo. Caravançarai, Rio de Janeiro, 2003.

ORLANDI, E. As formas do silêncio. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. As Formas do Silêncio. 3ª ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

RORTY, Richard. Feminismo, Ideologia e Desconstrução: Uma Visão Pragmática. In: ZIZEK, Slavoj (org.). Um mapa da ideologia. Tradução Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

SARZ, Luiz Alberto. Mídia e produções de subjetividades: questões da cultura. In: Conselho Federal de Psicologia. Mídia e Psicologia: produção de subjetividade e coletividade. 2ª ed. Brasília, 2009.

STOLLER, Robert. Sex and gender. New York: Science House, 1968.

TFOUNI, Fabio Elias Verdiani. O interdito como fundador do discurso. Tese de Doutoramento. IEL/UNICAMP, 1998.

THERBORN, Göran. As novas questões da subjetividade. In: ZIZEK, Slavoj (org.). Um mapa da ideologia. Tradução Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

TOLEDO, Regina Antonia et al. A dominação da mulher: os papeis sexuais na educação. 2ª ed. Petrópolis: Vozes. 1983.

ZIZEK, Slavoj (org.). Um mapa da ideologia. Tradução Vera Ribeiro. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.